

# **PROBLEMAS DE ENSINO E PESQUISA DE MÉTODOS E TEORIAS: REFLEXÕES SOBRE TRÊS OPOSIÇÕES**

**EDUCATION ISSUES AND RESEARCH METHODS AND THEORIES:  
CONSIDERATIONS ON THREE OPPOSITIONS**

**PROBLEMAS DE LA ENSEÑANZA Y LA INVESTIGACIÓN DE MÉTODOS Y TEORÍAS:  
REFLEXIONES SOBRE TRES OPOSICIONES**

**Gustavo Biscaia de Lacerda**

Gustavo Biscaia de Lacerda. Doutor em Sociologia Política e "pós-doutor" em Teoria Política, ambos pela UFSC, e sociólogo da UFPR. [gblacerda@gmail.com](mailto:gblacerda@gmail.com)

## **RESUMO**

A presente comunicação pretende refletir a respeito do ensino e da pesquisa de métodos e teorias em Ciência Política e RI (Relações Internacionais), a partir de nossa experiência pessoal em tais áreas. Para isso, o texto organiza-se em função de três oposições usuais: (1) Ciência Política versus Relações Internacionais; (2) métodos qualitativos versus métodos quantitativos; (3) teoria "empírica" versus teoria "normativa". A comunicação não será um "relato de caso", mas a discussão de alguns problemas de ensino e pesquisa de métodos e teorias recorrentes. No que se refere à primeira oposição, afirmamos a autonomia de cada área, mas consideramos que RI é uma especialização teórico-metodológica da Ciência Política. Sobre a segunda oposição, entendemos que deve ocorrer um pluralismo metodológico, com vistas à complementaridade entre as metodologias, em vez da separação entre elas, resultando em "duas culturas" diferentes. Sobre a terceira oposição, vamos em direção contrária das críticas correntes a alguns desenvolvimentos do comportamentalismo e defendemos que a teoria política "empírica" deve ser levada tão a sério quanto a teoria "normativa".

**Palavras-chave:** Ensino de Ciência Política; Ensino de RI; Métodos de pesquisa; Métodos qualitativos; Métodos quantitativos; Teoria Política empírica; Teoria Política normativa.

# PROBLEMAS DE ENSINO E PESQUISA DE MÉTODOS E TEORIAS: REFLEXÕES SOBRE TRÊS OPOSIÇÕES

## ABSTRACT

The present article reflects about the teaching of and the research on methods and theories of Political Science and IR (International Relations), based on our personal experience on those areas. The article is organized on three usual oppositions: (1) Political Science v. International Relations; (2) qualitative v. quantitative methods; (3) "empirical" versus "normative" theories. Our intention in this article is not to provide a "case study," but the discussion of some recurrent problems of teaching and researching. The three cited oppositions exist due to the scientific specialization on the field of Political Science. In what concerns the first opposition, we affirm the autonomy of each area, but we also consider that IR is a theoretical and methodological specialization of Political Science. About the second opposition, we understand that it must occur a methodological pluralism, aiming to a methodological complementarity, instead of a separation of both methodologies, which results two different "cultures". About the third opposition, we go on the opposite direction of the usual criticisms made against of some developments of behaviorism and defend that the "empirical" political theory must be taken as seriously as the "normative" political theory.

**Keywords:** Teaching of Political Science; Teaching of IR; Methods of research; Qualitative methods; Quantitative methods; Empirical Political Theory; Normative Political Theory.

## RESUMEN

El objetivo de esta comunicación es reflexionar sobre la enseñanza y la investigación de los métodos y teorías en Ciencia Política y RI (Relaciones Internacionales), a partir de nuestra experiencia personal en esas áreas. Por esta razón, el texto está organizado de acuerdo con tres oposiciones usuales: (1) Ciencia Política versus Relaciones Internacionales; (2) métodos cualitativos versus métodos cuantitativos; (3) teoría "empíricos" versus teoría "normativa". La comunicación no será un "caso", pero el debate de algunos problemas de enseñanza e investigación de métodos y teorías recurrentes. Con respecto a la primera objeción, afirmamos la autonomía de cada área, pero creemos que RI es una especialización teórico-metodológica de la Ciencia Política. En la segunda oposición, creemos que debe haber un pluralismo metodológico, con vistas a la complementariedad entre las metodologías, en vez de la separación entre ellas, lo que resulta en "dos culturas" diferentes. En la tercera oposición, vamos en la dirección opuesta a la de las críticas a algunos desarrollos del conductismo y defendemos que la teoría política "empírica" debe tomarse tan en serio como la teoría del "normativa".

**Palabras-clave:** Enseñanza de Ciencia Política; Enseñanza de RI; Métodos de investigación; Métodos cualitativos; Métodos cuantitativos; Teoría Política empírica; Teoría Política normativa.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende refletir a respeito do ensino e da pesquisa de métodos e teorias em Ciência Política (CP) e Relações Internacionais (RI), a partir de nossa experiência pessoal em tais áreas. Assim, apresentaremos nas páginas a seguir algumas observações que fizemos nos últimos anos a respeito do ensino de temas variados de Ciência Política e de Relações Internacionais; da mesma forma, faremos

algumas considerações sobre algumas oposições que os debates acadêmicos e intelectuais têm tornadas clássicas, ou pelo menos recorrentes: essas oposições, de caráter teórico-metodológico, não apenas têm importância para as pesquisas em CP e RI, como também influenciam, por vezes de maneira decisiva, as próprias práticas pedagógicas em tais disciplinas.

As oposições a respeito das quais refletiremos são estas três, mais ou menos usuais:

- (1) Ciência Política *versus* Relações Internacionais;
- (2) métodos qualitativos *versus* métodos quantitativos;
- (3) teoria "empírica" *versus* teoria "normativa".

É importante indicarmos desde já que esta comunicação não consiste em um "relato de caso", mas na discussão mais ou menos abstrata dos temas indicados. Ela baseia-se em nossa experiência concreta como professor e pesquisador de teorias de RI e teoria política (normativa), assim como professor e pesquisador de métodos de pesquisa em CP e RI.

### **PRIMEIRA OPOSIÇÃO: CIÊNCIA POLÍTICA VERSUS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

A primeira oposição que desejamos comentar é a que opõe a Ciência Política às Relações Internacionais. Não se trataria aqui somente de indicar que são duas áreas-irmãs, com objetos específicos de pesquisa, mas de, reconhecendo a existência institucional dessas duas áreas, percebê-las ou como radicalmente diversas, ou como rivais. Essa contraposição, por assim dizer dura, é por vezes sustentada pelos cultores de RI – desejosos de afirmar a autonomia do campo de estudos –, mas em outras ocasiões é o pelos cultores da Ciência Política – ao não conhecerem (para não dizer "não dominarem") a outra área-irmã e não terem condições de avaliar as suas teorias e métodos. Além disso, um dos resultados dessa forma de ver as duas áreas, no caso dos estudantes e pesquisadores em início de carreira de RI, é certa dificuldade de identificarem quais seus métodos específicos de pesquisa, seguindo o raciocínio de que,

se a Ciência Política tem os seus métodos específicos, RI também deveria ter os seus próprios.

Conforme Gunnell (2004) indica, a Ciência Política foi criada nos EUA no final do século XIX, tendo preocupações ao mesmo tempo normativas e descritivas, tanto intelectuais quanto práticas; ela seria a "ciência da democracia" e, nesse sentido, teria uma posição institucional assegurada frente a outras disciplinas, em particular a História, a Filosofia e a Sociologia – ainda que a Ciência Política praticada entre o final do século XIX e meados do século seguinte tivesse uma forte confluência com as reflexões históricas e filosóficas (cf. GUNNELL, 2004; VINCENT, 2004).

Por sua vez, Hoffmann (1977) comenta que a disciplina de Relações Internacionais também surgiu nos Estados Unidos e era voltada para as questões que esse país, em particular, enfrentava após a II Guerra Mundial (entre outras coisas, a arquitetura das instituições internacionais, a necessidade de ser o líder do "mundo livre" e a de levar a cabo a disputa da Guerra Fria); Hoffmann confere certo destaque como tendo papel fundador o livro de H. Morgenthau, *Política entre as nações*, de 1947. Ora, a leitura do livro de Morgenthau evidencia que sua preocupação era acima de tudo teórica, não metodológica; além disso, o tipo de discussão que realizava, centrando-se no poder e na busca do poder, deixa claro que o seu empreendimento de uma análise científica das relações internacionais baseava-se em uma concepção *política* dessas relações.

Esses breves comentários históricos servem para destacar alguns aspectos. Em primeiro lugar, deve-se notar que, sendo disciplinas de origem estadunidense, tanto CP quanto RI sofreram (e sofrem) as influências dos ambientes acadêmicos e político dos EUA, cujos resultados são mais ou menos exportados para o resto do mundo. Dessa forma, até certo ponto as discussões e as divisões verificadas no Brasil refletem àquelas originárias nos EUA.

Em segundo lugar, RI surgiu após a Ciência Política, ou seja, ela baseou-se no cabedal teórico e metodológico acumulado por CP e disponível à comunidade intelectual. Além disso, reforçando esse aspecto e sem desprezar fenômenos de outros tipos, a preocupação básica de RI nesse momento de institucionalização era entender a lógica

política das relações internacionais, vista por Morgenthau como a lógica que regeria tais relações<sup>1</sup>.

Fazemos esses comentários não com o objetivo de afirmar a perenidade do caráter estadunidense, seja de CP, seja de RI; também não o fazemos para negar graus variáveis de autonomia institucional no que se refere à estruturação dessas disciplinas em outros países: o que nos interessa é afirmar a proximidade teórica e metodológica – e, convém realçar: também epistemológica – entre a Ciência Política e Relações Internacionais. Sendo mais claros: parece-nos que há diferenças importantes entre ambas as disciplinas, mas elas referem-se mais ao objeto que propriamente às teorias e, ainda mais, aos métodos.

Como observou Aron (1986; 1997), o que separa as relações sociais internas de um país das internacionais é a fronteira entre os países, isto é, o conceito e a prática jurídico-política da soberania nacional. A partir do momento em que as fronteiras deixarem de existir (seja devido ao seu esboroamento, seja devido à ampliação de uma soberania sobre todas as demais), não haverá mais diferença entre interno e externo e todas as relações serão "internas". O que funda do ponto de vista lógico a disciplina acadêmica e a prática das relações internacionais é um elemento político – portanto, passível de análise pela Ciência Política.

É claro que há um sem-número de aspectos, questões e fenômenos que se derivam da realidade da soberania nacional e que, dessa forma, são específicos da área de RI: o exemplo mais fácil de objetos específicos de RI talvez seja o da contraposição elaborada por Kenneth Waltz, entre estrutura anárquica e estrutura hierárquica. Em contraposição, as pesquisas de Ciência Política concentram-se de maneira característica na vida *interna* aos países, de tal modo que seus métodos e suas teorias são adequados para esse âmbito da realidade social.

A questão que se apresenta, então, é a seguinte: CP e RI, concentrando-se respectivamente nas vidas políticas interna e externa aos países, têm métodos, teorias e epistemologias *diferentes*? É claro que uma resposta peremptória, neste caso, é impossível.

---

<sup>1</sup> Assim, não é nossa intenção, de maneira alguma, sugerir que o objeto único e/ou mais relevante das Relações Internacionais é o Estado nacional racional e auto-interessado.

## PROBLEMAS DE ENSINO E PESQUISA DE MÉTODOS E TEORIAS: REFLEXÕES SOBRE TRÊS OPOSIÇÕES

Começemos pelas teorias: como os objetos específicos de cada uma das disciplinas são diferentes, as teorias também são diferentes; como notamos antes, em RI deve-se levar em consideração as várias consequências da soberania, de modo explícito ou implícito. Mas, ainda assim, há muitas teorias que são comuns a ambas as disciplinas – e que são *necessariamente* comuns –: por exemplo, as reflexões sobre o conceito de "poder" têm que ser válidas tanto para a política interna quanto para a política internacional. Por outro lado, há aspectos da política internacional que podem ser perfeitamente analisados utilizando-se referências da política interna, como no caso das votações em órgãos internacionais (no Parlamento Europeu, por exemplo) e, inversamente, há questões da vida interna aos países que requerem elementos de RI para serem adequadamente compreendidos (as crises econômico-financeiras internacionais e a globalização, por exemplo).

No que se refere aos métodos, cremos ser possível fazer algumas reflexões semelhantes às feitas sobre as teorias: há métodos específicos de RI e há métodos compartilhados pelas duas disciplinas. Talvez as maiores dificuldades metodológicas estejam mesmo, de fato, no lado de Relações Internacionais, pois com certa frequência essa disciplina estuda fenômenos, órgãos e agentes que distam entre si milhares de quilômetros, que falam outras línguas, cujo acesso é bastante restrito; além disso, os documentos da política internacional muitas vezes são envoltos por sigilo ou segredo de Estado que duram décadas. Além dessas dificuldades – que, embora não sejam específicas de RI, são-lhe bastante comuns – há uma dificuldade toda própria de RI: a unidade de análise costuma ser o Estado, isto é, trata-se o Estado como se ele fosse uma unidade inteiriça, inteligente e dotada de volição, o que é uma abstração ou uma mera imagem mental. Esse procedimento pode ser válido dependendo do fenômeno estudado e da teoria empregada, mas é claro que, mudando-se objeto e teoria, o escopo e as características da abstração também mudam. Um exemplo de método específico de RI que, todavia, rejeita explicitamente a abstração do Estado unitário e consciente é o "jogo de dois níveis" elaborado por Putnam (2010).

Finalmente, em termos epistemológicos, parece-nos que a distância entre as duas disciplinas é muito pequena, para não dizer nula. Em linhas gerais ambas compartilham a mesma base comportamentalista, embora Relações Internacionais tenha a

particularidade de que, desde a década de 1980, o chamado "pós-positivismo" afirme-se em seu âmbito; além disso, epistemologias "compreensivas" são até certo ponto comuns na Ciência Política e desde meados da década de 2000 abordagens pós-modernas têm-se afirmado com mais ou menos êxito (cf. p. ex. BEVIR & KEDAR, 2008). De qualquer forma, temos a impressão de que RI tem maior "consciência disciplinar", ou seja, ela parece caracterizar-se por uma reflexão mais sistemática e mais consciente sobre si mesma em sua prática, seja devido ao desenvolvimento do chamado "pós-positivismo", seja devido à sistematização da sua história em termos dos vários "debates" (inaugurada, por sua vez, no já célebre artigo de Lapid (1989)).

O que consideramos deprender-se do conjunto de observações que fizemos sobre a oposição entre Ciência Política e Relações Internacionais é que elas diferem mais por algumas particularidades do objeto de pesquisa e, portanto, de algumas teorias (em particular em RI) que nos métodos, na epistemologia e nas grandes teorias. Essa observação é importante porque, enquanto no Brasil há certo distanciamento entre as duas áreas, em outros países (nos EUA, em particular) há proximidade e aproximação<sup>2</sup>, o que evidentemente apresenta grande impacto para o ensino e a pesquisa de ambas as disciplinas. Em particular, considerando os inúmeros pontos de contato, o solo comum a ambas e as inter-relações teóricas e práticas, forçar a separação entre ambas e/ou separá-las de maneira rígida é prejudicial para as duas, na medida em que se perdem recursos teóricos e analíticos valiosos.

## **SEGUNDA OPOSIÇÃO: MÉTODOS QUALITATIVOS VERSUS MÉTODOS QUANTITATIVOS**

A segunda oposição é entre os tipos de métodos de pesquisa, entre os qualitativos e os quantitativos. Como se sabe, essa oposição embora bastante tradicional, apresenta alguns problemas, em particular o forçar o pesquisador a ter que escolher em termos

---

<sup>2</sup> Essa proximidade não impede, é claro, a existência de departamentos autônomos de RI e de CP, nem muito menos de revistas especializadas em cada uma dessas áreas. Mas, por outro lado, a proximidade entre as duas áreas integra a política editorial de algumas das revistas mais importantes dos EUA (e, por extensão, do mundo), a *American Political Science Review*, a *PS: Political Science and Politics* e a *Perspectives on Politics*, que são algumas das publicações da American Political Science Association (APSA).

dicotômicos o(s) método(s) a empregar em uma pesquisa qualquer: ou métodos quantitativos, ou métodos qualitativos.

Embora pareça à primeira vista óbvia e mesmo trivial, a recomendação de vários pesquisadores de que em qualquer pesquisa é necessário adotar-se um pluralismo metodológico, definindo-se os métodos de acordo com o objeto e com as necessidades e as possibilidades do pesquisador (cf., p. ex., BOURDIEU, CHAMBOREDON & PASSERON, 2010). O fato é que os cultores de cada gênero de método por vezes forçam o próprio lado, o que resulta em que o debate perde o foco – isto é, em que os métodos hipostasiam-se, em detrimento das questões substantivas das pesquisas (teóricas e empíricas) – e os vícios intelectuais e as limitações de cada lado ressaltam-se.

Embora possa parecer desnecessário, cremos ser pelo menos útil uma profissão de fé preliminar: consideramos o pluralismo metodológico a postura mais correta, concebendo os métodos ao mesmo tempo de maneira instrumental e complementares entre si. Não existem métodos *per se*, mas apenas como instrumentos de pesquisa: eles são mais ou menos úteis, não mais ou menos certos, de modo que em rigor não faz sentido opor em termos rígidos os métodos "qualitativos" aos "quantitativos" (ou vice-versa).

Por outro lado, evidentemente há especializações profissionais e preferências pessoais e institucionais. Essas especializações são legítimas e têm sua importância lógica e teórica – e, como Landmann (2002) notou, o aperfeiçoamento metodológico produz importantes resultados teóricos, ao indicar com maior precisão inúmeras questões ou mesmo revendo resultados anteriormente obtidos<sup>3</sup>.

A oposição entre estilos metodológicos assumiu um novo aspecto em 1994 com a publicação do livro *Designing Social Inquiry*, de G. King, R. Keohane e S. Verba – popularmente conhecida como "KKV" –, em que os autores propuseram um esquema analítico unificado para os métodos qualitativos e quantitativos, ao afirmarem a lógica da inferência causal como comum às duas variedades metodológicas. No caso das pesquisas quantitativas, a busca de tendências e a definição de relações de causalidade (mesmo que sejam relações de *multicausalidade*) é um procedimento usual, sem grandes novidades: o

---

<sup>3</sup> Inversamente, é claro que desenvolvimentos teóricos podem implicar ou sugerir aperfeiçoamentos metodológicos.

mesmo já não se pode afirmar a respeito das metodologias qualitativas, que, com frequência, limitam-se a descrições mais ou menos detalhadas, seja da realidade social, seja da subjetividade dos indivíduos. O que KKV faz, nesse sentido, é propor que a busca do estabelecimento de relações causais não apenas confere sentido à aplicação das metodologias qualitativas – que, com isso, não se encerram em si mesmas, mas podem ligar-se e vincular-se a investigações de outros gêneros – como também as integra no esforço científico mais amplo, que é o de compreender os vários mecanismos sociais<sup>4</sup>. Dessa forma, KKV permitiu ao mesmo tempo um diálogo maior entre os gêneros metodológicos, um parâmetro de rigor para os métodos qualitativos e iniciou uma polêmica a respeito da redução ou não dos métodos qualitativos aos quantitativos.

Ao contrário do que vários autores argumentam (como, por exemplo, James Mahoney), parece-nos que a leitura cuidadosa de KKV desautoriza a interpretação de que ele reduz os métodos qualitativos aos quantitativos – embora, é necessário reconhecer, a profusão de fórmulas estatísticas, introduzida por Gary King, dê inicialmente uma forte impressão em contrário. O esquema típico dos raciocínios expostos no livro é: proposição de uma idéia; exemplificação com variados casos teóricos e empíricos da Ciência Política e das Relações Internacionais; interpretação formal (via fórmulas estatísticas) do raciocínio inicial. Não apenas as fórmulas são apresentadas o mais das vezes apenas como instrumentos heurísticos (quase como metáforas em algumas ocasiões), como explicitamente os autores afirmam que as fórmulas têm um caráter secundário e ilustrativo na economia geral do volume. Em outras palavras, é perfeitamente possível tirar as fórmulas matemáticas do livro sem que a compreensão das idéias sofra danos; inversamente, sem a discussão "conceitual" (argumentos seguidos de exemplos), nem o livro nem as fórmulas fazem o menor sentido.

De qualquer maneira, como dito, KKV tem o relevante mérito de unir as metodologias qualitativas e quantitativas. Da nossa parte, já afirmamos e reafirmamos

---

<sup>4</sup> Em um sentido extremamente parecido argumentou Springer de Freitas (2003) em suas críticas à "descrição densa" de C. Geertz: segundo o sociólogo mineiro, as descrições feitas pelo antropólogo de Chicago limitar-se-iam à exposição de determinadas situações sociais e à sugestão de interpretação de determinados estados mentais; todavia, nem as sugestões seriam comprovadas ou mesmo factíveis, nem as exposições teriam outro fim que a mera descrição. Em outras palavras, faltaria o mecanismo causal – ou, conforme a terminologia da metafísica alemã, a "explicação".

que o aprofundamento do estudo e da pesquisa de métodos e técnicas deve ser valorizado, sempre se levando em consideração a complementaridade entre as variedades. Entretanto, a literatura crítica a KKV (re) afirmou duas perspectivas teórico-metodológicas e epistemológicas:

**A DIVERSIDADE FUNDAMENTAL DOS DOIS MÉTODOS: UM SUPOSTO EXAGERO NAS PREOCUPAÇÕES METODOLÓGICAS.**

Considerando antes, e rapidamente, o segundo problema levantado pela literatura crítica a KKV, o exagero com métodos – o "metodologismo" – foi criticado pelo movimento "Perestroika". Esse movimento, surgido no início da década de 2000 no âmbito da American Political Science Association, afirmava que a Ciência Política consagrada pela Associação, especialmente na sua principal revista, a *American Political Science Review*, era excessivamente matematizada e que daria ênfase demasiada a preocupações metodológicas à expensas do aprofundamento teórico e empírico de que questões substantivas.

Qualquer pesquisador já deve ter-se deparado com artigos que, propondo-se a tratar de qualquer assunto, despendeu longas e longas páginas na apresentação da metodologia empregada para, em seguida, expor de maneira breve e decepcionante as questões substantivas (teóricas e/ou empíricas). A crítica do movimento Perestroika liga-se a esse sentimento de decepção com determinados rumos da Ciência Política, em que o rigor metodológico vincula-se com frequência à matematização e em que se toma a metodologia pela própria pesquisa. Nesse sentido, o grupo Perestroika está coberto de razão<sup>5</sup>.

Entretanto, a resposta de Landmann (2002) ao conjunto das idéias do movimento Perestroika também merece reflexão cuidadosa. Sem defender a matematização da Ciência Política e das Relações Internacionais, ele argumenta que aperfeiçoamentos metodológicos são úteis e necessários para que se avance nas questões substantivas,

---

<sup>5</sup> A crítica ao metodologismo não é nova na Ciência Política: basta lembrar as ácidas observações de Wright Mills ao que ele chamava em 1959 de "metodólogos", no seu *A imaginação sociológica* (WRIGHT MILLS, 1972).

apresentando para isso diversos exemplos de pesquisas atualmente clássicas cujos resultados foram alterados, confirmados ou rejeitados precisamente devido ao refinamento metodológico<sup>6</sup>.

A reafirmação da oposição entre as duas variedades metodológicas parece-nos mais séria: afinal de contas, se levada às últimas consequências, a oposição "quali-quantitativa" racha a Ciência Política (e também Relações Internacionais) em "duas culturas", de uma forma que lembra muito as célebres oposições "Ciências Naturais versus 'Ciências do Espírito'" (popularizada por Dilthey e por Weber) e "ciência versus humanidades" (proposta por C. P. Snow): no sentido dessas outras oposições, a diversidade de métodos não corresponderia a métodos complementares, mas à fundação de duas disciplinas diferentes.

Uma das mais claras afirmações dessa perspectiva dicotômica é a de James Mahoney, um dos mais importantes expoentes da versão qualitativa das pesquisas comparativistas em Ciência Política, quem retomou e reforçou a oposição entre os gêneros metodológicos (cf. GOERTZ & MAHONEY, 2012): para ele, as diferentes metodologias têm implicações mais amplas e mais profundas que meros caminhos possíveis para o acesso à realidade social; essas diferenças são tão intensas e marcadas que elas constituem-se no fundo em "duas culturas". De modo mais específico, no âmbito das metodologias comparativistas da Ciência Política, Mahoney opõe o comparativismo quantitativo, que se baseia na análise de dezenas de casos e busca generalizações a partir de análises estatísticas, ao comparativismo qualitativo, que estuda poucos casos e busca iluminar um caso com base nas características do outro, sugerindo com isso "conexões de sentido" e, no máximo, generalizações de curto alcance<sup>7</sup>.

Essa expressão – "duas culturas" – não é casual ou inocente e lembra a discussão de Charles Pierce Snow (1990) sobre a oposição entre "ciência" e "humanidades". Em 1959 Snow – que era tanto químico quanto novelista – fez uma palestra em que observava que, embora em períodos anteriores a "cultura" reunia tanto elementos da

---

<sup>6</sup> Por outro lado, ele também argumenta que desenvolvimentos metodológicos implicam necessariamente desenvolvimentos substantivos, o que nos parece equivocado: afinal, em si mesma, a metodologia é um instrumento, não uma idéia ou uma afirmação de fato.

<sup>7</sup> Uma exposição muito didática das variantes teórico-metodológicas e epistemológicas no âmbito do comparativismo em CP e RI pode ser lida em Bohn (2005).

"ciência" (isto é, das Ciências Naturais) quanto das "humanidades" (isto é, da Literatura e, de modo mais amplo, das Belas Artes), em meados do século XX esses dois campos estavam dividindo-se e isolando-se<sup>8</sup>. Além de o ser humano tornar-se mais incompleto dessa forma, o resultado da afirmação social e acadêmica dessas "duas culturas" era que os "cientistas" conheceriam menos das artes e, por extensão, daquilo que seria próprio do ser humano e, por outro lado, os cultores das humanidades conheceriam menos da realidade cósmica (além de considerarem que a palavra "cultura" não deveria incluir o conhecimento da realidade cósmica): em outras palavras, a afirmação coletiva da idéia e da realidade das "duas culturas" conduziria a tipos opostos de alienação.

Goertz e Mahoney (2012) retomam a expressão "duas culturas" e a dicotomia implícita nela – embora eles sejam a favor da dicotomia, ao contrário da posição de Snow, quem era contrário à separação radical entre as áreas do conhecimento. Com isso, no fundo Goertz e Mahoney repetem a oposição de origem alemã entre as Ciências Naturais e as chamadas "Ciências do Espírito".

Nem sempre se evidencia, mas a disputa entre os métodos, conforme os filósofos metafísicos alemães do século XIX propuseram, era mais profunda que discussões apenas entre estritamente métodos, isto é, entre instrumentos lógicos e físicos destinados à observação da realidade. A chamada oposição entre "explicação" e "compreensão" dava-se acima de tudo em termos epistemológicos e morais e refletia filosoficamente a oposição alemã de caráter fortemente idealista entre *Kultur* e *Zivilitation*, isto é, entre a elevação do "espírito" e a grosseria da "materialidade". De acordo com essa distinção, as ciências (isto é, as Ciências Naturais) não apenas estudariam uma série de fenômenos específicos, mas compartilhariam com os objetos que produziram tais fenômenos a grosseria e o plebeísmo moral; o seu procedimento específico – a "explicação" – seria igualmente grosseira e degradante para o ser humano. Inversamente, as chamadas "Ciências do Espírito" estudariam aquilo que é elevado, bom, belo, superior; estudariam não apenas aquilo que seria específico do ser humano, mas aquilo que é essencialmente dignificante; como aplicar ao ser humano o método das Ciências Naturais seria indigno,

---

<sup>8</sup> Como observa Cohen (2001), essa divisão vinha pelo menos desde o século XIX. Da mesma forma, como sugere Michel Paty (2005) em sua pequena biografia intelectual de D'Alembert, foram as diferenças entre estilos de raciocínio mas também de inspirações intelectuais no sentido da dicotomia ciência-humanidades que separaram os dois diretores iniciais da *Enciclopédia*, Diderot e D'Alembert.

um "método" apropriado teria que ser desenvolvido e aplicado – no caso, a chamada "compreensão", que afirmaria não o grosseiro objetivismo, mas a nobre subjetividade; não a grosseira relação causal, mas a nobre "conexão de sentido"<sup>9</sup>.

A oposição entre "explicação" e "compreensão" foi elaborada por Dilthey, que tomou Comte e o Positivismo como parâmetro da "explicação"; foi supostamente se contrapondo à obra do francês que Dilthey elaborou a metodologia "compreensiva". Todavia, como indicou extensamente Grange (2003), Dilthey adotou o sofisma do espantalho ao caracterizar a obra de Comte – ou seja, *caricaturou-a* para em seguida poder "criticá-la" –; como explicação e compreensão são conceitos relacionais, mas o polo da explicação não é formulado de maneira cuidadosa, não é possível sustentar adequadamente o polo oposto, da compreensão. De maneira mais específica: por um lado, as explicações sociológicas para Comte implicam grandes elementos e doses de interpretação da subjetividade dos grupos sociais; por outro lado, em virtude dos problemas filosóficos e epistemológicos indicados por D. Hume com a idéia de "causa" (e, portanto, de "relação causal"), a noção de "explicação" em Comte não se vincula à noção de "causa", mas ao relacionamento de um fenômeno particular a uma teoria geral: a idéia de causalidade seria de Stuart Mill, não de Comte<sup>10</sup>. Como se sabe, esses dois aspectos são importantes na crítica de Dilthey a Comte e na sua caracterização da "compreensão".

É bem verdade que os especialistas na obra de Weber (p. ex., RINGER, 2004) argumentam que o pensamento epistemológico desse pesquisador não incorreu nos erros de Dilthey, ao procurar conjugar – e não opor – a explicação à compreensão e que,

---

<sup>9</sup> Norbert Elias (1994) mostra como a oposição entre *Kultur* e *Zivilitation* correspondeu ao atraso político, econômico e institucional da Alemanha em relação à França: enquanto já se constituía u'a monarquia unificada no território francês pelo menos desde o século IX (com Carlos Magno), mas com certeza desde o século XIII (com Luís IX, ou São Luís), com a consequência de ocorrer no território galo uma produção ao mesmo tempo intelectual (filosófico, artístico, científico) e material (econômico, político), a unificação alemã aconteceu apenas no final do século XIX, de modo que o que unia os germanofalantes era a língua e a produção intelectual – daí produzindo-se a oposição entre os alemães entre o "espiritual" e o "material".

<sup>10</sup> Convém reconhecer que os problemas tanto da caracterização que Dilthey fez de Comte como do próprio projeto intelectual da "compreensão" são bem mais amplos que os indicados acima. Em todo caso, é perfeitamente possível argumentar que a compreensão foi definida de tal maneira por Dilthey que impedisse que a explicação tivesse elementos de subjetividade e que, portanto, não apenas dá uma falsa impressão do mecanismo da própria explicação como valoriza de maneira exagerada a compreensão. O antropólogo francês Laurent Fedi tem uma opinião semelhante, a esse respeito (cf. FEDI, 2013). De modo mais amplo, para críticas sistemáticas à metafísica da "Sociologia compreensiva", cf. Lacerda (2009b) e, principalmente, Lacerda (2013).

assim, o projeto da Sociologia compreensiva é viável: todavia, ainda assim as categorias filosóficas e epistemológicas mais profundas permanecem em Weber, ou seja, sua "compreensão" continua baseada, embora de maneira mais implícita, a oposição entre *Kultur* e *Zivilisation*, bem como, de maneira derivada, Weber crê que é necessária uma "metodologia" toda própria para as "Ciências do Espírito", oposta a uma única e monolítica metodologia das "Ciências Naturais", que, por sua vez, seria reificada por algo chamado "positivismo".

Não vem ao caso tratarmos mais desse tema, que, em todo caso, consiste apenas em uma digressão – importante, sem dúvida, mas uma digressão de qualquer forma. Retomando o tema das "duas culturas" no âmbito da oposição rígida entre as metodologias qualitativas e as metodologias quantitativas, o que importa notar é que a oposição radical elaborada por Goertz e Mahoney repousa na suposta distinção entre explicação objetivista e compreensão subjetivista, ou, de uma forma que a metafísica alemã consideraria assemelhada, entre o naturalismo desfigurante e alguma variedade de "culturalismo" dignificante do ser humano.

Como argumentado e defendido anteriormente, os métodos têm que ser encarados de maneira instrumental; eles são ferramentas, na maioria das vezes complementares e nos permitem conhecer a realidade social. Derivar dos vários métodos – entendidos não mais como instrumentos lógicos e físicos, mas como símbolos de filosofias epistemológicas e morais mais amplas – consequências epistemológicas profundas têm como resultados tanto o desconhecimento de aspectos da realidade que o método escolhido deixa de lado quanto, de modo mais radical, a cisão do conhecimento humano em áreas opostas, que mal dialogam entre si (quando dialogam).

### **TERCEIRA OPOSIÇÃO: TEORIA "EMPÍRICA" VERSUS TEORIA "NORMATIVA"**

A terceira e última oposição que desejamos abordar está no âmbito das teorias; nesse sentido, assim como nos casos das oposições anteriores, esta vale tanto para a Ciência Política quanto para as Relações Internacionais: é a oposição entre as chamadas "teoria empírica" e "teoria normativa". Por vezes a "teoria empírica" também é chamada

de "teoria positiva" ou "teoria descritiva"; por seu turno, a "teoria normativa" é chamada simplesmente de "teoria política".

O confronto entre teorias normativas e teorias empíricas tem elementos que se aproximam da oposição comentada na seção anterior, embora, evidentemente, uma não se reduza à outra. Os "empiristas" buscam a profissionalização e a realização da "Ciência" Política, sendo que com frequência – mas de maneira alguma com exclusividade – adotam metodologias quantitativas; os "normativistas" têm um caráter mais filosófico e “interpretativo”. Por outro lado, as teorias "empíricas" buscam ser testáveis e refutáveis, ao passo que as teorias "normativas" são "especulativas" e apresentam prescrições políticas e morais. Assim, os cultores das teorias "empíricas" adotam os métodos quantitativos e os métodos qualitativos, enquanto os cultores das teorias "normativas" adotam quase que por definição os métodos qualitativos.

Além dessa contraposição inicial entre os tipos de teorias, queremos indicar uma particularidade bastante notável no seu relacionamento entre elas: as fortes e constantes críticas da "teoria política" ao comportamentalismo – isto é, ao projeto intelectual de cunho empírico lançado por David Easton em meados da década de 1950<sup>11</sup> – e, por extensão, às "teorias empíricas". As críticas da "teoria política" (normativa) à "teoria empírica" e aos comportamentalistas abordam a rejeição dos comportamentalistas em relação à história das idéias, entendida esta como rememoração cerimonial dos filósofos políticos<sup>12</sup> (e, portanto, sem grande serventia intelectual para a Ciência Política); os normativistas também consideram que o comportamentalismo seria objetivista, naturalista, mecanicista e anistórico (em suma: "positivista"); *last but not the least*, os normativistas retomam a condenação à morte da "teoria política" normativa, repetindo nesse caso uma observação feita por P. Laslett em meados dos anos 1950 com esse teor. Inversamente, a "teoria política" normativa valorizaria a subjetividade, a reflexividade, o contextualismo próprio ao ser humano: o próprio nome autoconcedido por esta

---

<sup>11</sup> A concepção de David Easton a respeito da "teoria política" (normativa) pode ser vista em Easton (1951). Gabriel Almond (1966) apresenta uma concepção semelhante, defendendo a "teoria empírica", embora não critique os normativistas.

<sup>12</sup> Essa rememoração incluiria uma sequência mais ou menos estável de autores, que iria de Platão e Aristóteles até Marx e Stuart Mill, passando pelos pensadores medievais, pelos contratualistas e pelos federalistas estadunidenses. Uma exposição exemplar dessa concepção de teoria política pode ser lida em Levin (1973).

corrente<sup>13</sup> – de modo geral apenas "teoria política", sem nenhuma qualificação adicional – indica que a vertente normativa seria a teoria política *tout court*, isto é, a "verdadeira" teoria política.

Notemos de passagem que as críticas feitas pela teoria normativa à teoria empírica (e, de modo mais específico, ao comportamentalismo) são recorrentes na comunidade especializada, chegando a apresentar certo caráter ritualístico, de (re) afirmação da validade da teoria normativa, por meio da negação de algumas características reais ou presumidas do comportamentalismo<sup>14</sup>. Em outras palavras, não se trata apenas de assegurar a própria legitimidade, mas também de negar a legitimidade do outro "estilo" de teorização. O conjunto dessas críticas da teoria normativa resulta em que se fica sem saber o que é, como procede e mesmo para que serve a "Ciência" Política: de acordo com essa concepção, a Ciência Política, ao basear-se na investigação da realidade empírica com base em teorias que busquem descrever a realidade (e, na medida do possível, também a prever), seria a própria negação da reflexão intelectual; inversamente, a "verdadeira" "Ciência" Política seria a praticada pela teoria normativa ou segundo os parâmetros historicistas e interpretativistas sugeridos por ela.

Pode-se argumentar, quem sabe, que esse imperialismo intelectual da teoria normativa é uma *reação* ao imperialismo da teoria empírica: essa é uma hipótese interessante, que pode e mesmo deve ser testada. Em todo caso, o problema intelectual que se apresenta é a *desvinculação* entre teoria empírica e teoria normativa e, de maneira mais específica, a desvinculação da teoria normativa em relação às pesquisas empíricas<sup>15</sup>,

---

<sup>13</sup> Ricardo Silva (2008) propôs o termo "estilo" para as variedades de teorização na Ciência Política. Essa palavra à primeira vista parece ser instrumental para referir-se aos tipos de teoria, ao dar a impressão que as variedades correspondem a diferentes formas de composição literária, ou seja, que seriam únicas e incomensuráveis entre si, mas equivalentes em um sentido mais formal; além disso, fica mais ou menos evidente aí a origem interpretativista da classificação, ou pós-moderna (ou pós-analítica), conforme proposta por M. Bevir, que é um de seus principais defensores (BEVIR & KEDAR, 2008). Entretanto, parece-nos que essa interpretação subjetivista negligencia as importantes diferenças epistemológicas e filosóficas de cada um dos tipos de teorização: por definição, a teoria empírica busca haver-se com a realidade fática, enquanto a teoria normativa tem um caráter mais fortemente filosófico.

<sup>14</sup> Esse caráter exemplar e ritualístico pode ser verificado nos artigos presentes no dossiê "Teoria Política entre Normatividade e História", publicado na *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 39, de junho de 2011.

<sup>15</sup> Sem dúvida que devemos considerar também o problema inverso, ou seja, a desvinculação das teorias empíricas em relação às investigações normativas. Entretanto, embora esse seja um problema sério, como veremos em seguida, parece-nos que ele é menos sério que o da desvinculação da teoria normativa em relação às pesquisas e às teorias empíricas.

de tal sorte que não raras vezes a teoria normativa torna-se muito um exercício lógico e histórico de análise de textos. Assim, no final, a "teoria normativa" fica em um limbo: nem propriamente na Ciência Política, nem na Filosofia, nem na História. Ou melhor: embora nominalmente filiada à C. Política, nega essa filiação e dialoga mais com a História e com a Filosofia, mesmo sem se vincular institucionalmente a essas outras duas áreas.

Se considerarmos as Ciências Naturais conforme a descrição de Kuhn (2007) veremos que as respectivas teorias são sempre as teorias "empíricas"; as respectivas "teorias normativas" ou não são discutidas (pois são tomadas como pressupostas) ou adotam características bastante gerais e aproximam-se claramente de reflexões filosóficas. Assim, por exemplo, uma "teoria física" refere-se a determinados objetos físicos, indicando suas propriedades, suas relações mútuas e buscando descrever (*i. e.*, explicar e prever) seus comportamentos. As várias filosofias da Física – se houver, efetivamente, uma pluralidade de filosofias em cada ramo dessa ciência – ou são subjacentes à prática cotidiana e, portanto, não são mobilizadas no dia a dia, ou vêm à baila de modo mais claro em momentos de incerteza teórica (seja porque ocorrem transições paradigmáticas, seja porque há fenômenos a respeito dos quais não se sabe como interpretar).

É claro que frente ao esquema kuhniano das "revoluções científicas" pode-se argumentar que, no caso das Ciências Sociais, não há o amplo consenso teórico-metodológico e epistemológico que caracterizaria a fase "normal" das Ciências Naturais: de um ponto de vista empírico, não há o que objetar a tal consideração. Ainda assim, cabe insistir em um aspecto: nas Ciências Naturais, a palavra "teoria" corresponde ao que se chama nas Ciências Sociais de "teoria empírica". As chamadas "teorias normativas" das C. Sociais, por seu turno, têm pelo menos uma dupla função: por um lado, orientam epistemologicamente as teorias empíricas (de maneira semelhante ao que ocorre nas Ciências Naturais) e, por outro lado, definem os elementos e os critérios do "bem viver", assumindo assim um caráter moral e politicamente normativo. Ora, conforme vimos argumentando, o uso corrente da expressão "teoria normativa", bem como a sua prática cotidiana, consideram de modo geral apenas a segunda possibilidade, negligenciando ou negando a primeira possibilidade.

Assim como no caso da oposição radical entre as variantes metodológicas "quali-quantitativa", a crítica dos "normativistas" aos "empiristas" tende a rachar a grande área da Ciência Política em duas partes, uma supostamente empírica e objetivista, outra supostamente normativa e reflexiva. No caso específico da oposição entre gêneros de teorização, há o agravante de os normativistas negarem legitimidade às teorias "empíricas" e ao esforço científico da Ciência Política – o que tem consequências daninhas para a profissionalização da disciplina, isto é, no sentido da formação de cientistas políticos como profissionais liberais que possam oferecer serviços à coletividade, seja para órgãos públicos, seja para instituições privadas. Por sua vez, isso gera problemas para a identidade profissional – pois o bacharel em Ciência Política e/ou Relações Internacionais não se vê como habilitado para atuar no mercado de trabalho –, para a compreensão do papel instrumental de teorias e métodos – ao hipostasiar teorias e métodos, de uma forma parecida com a que criticamos na seção anterior, ao comentarmos o projeto alemão das "Ciências do Espírito" – e também para o desenvolvimento do mercado de trabalho – que fica restrito a investigações eruditas das obras de pensadores e políticos já mortos.

Neste momento talvez convenha um pequeno comentário de autobiografia intelectual. Como nosso pendor intelectual particular é teorizante e não empírico, isto é, como nos sentimos mais à vontade fazendo reflexões de caráter teórico que realizando pesquisas empíricas, fizemos nosso doutorado na área de "Teoria Política", estudando ao longo do curso várias questões históricas, teóricas e metodológicas da vertente normativa da "teoria política". Ao longo desses estudos as críticas dos autores normativistas aos empiristas foram uma constante, bem como a forte sensação de racha entre os gêneros de teorização. Embora as críticas parecessem-nos muito parciais e com frequências injustas (além de muitas vezes imprecisas<sup>16</sup>), não tínhamos cabedal para argumentar em contrário. Após a conclusão do doutorado (em 2010), mantivemos certo contato com os pesquisadores do Núcleo de Sociologia Política Brasileira (NUSP) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), ao mesmo tempo em que, entre 2010 e 2012, lecionamos várias disciplinas no curso de graduação em Relações Internacionais da

---

<sup>16</sup> Como no caso exemplar da palavra "positivismo", cujo sentido é adrede mantido polissêmico e vago. Para uma crítica a esse problema, cf. Lacerda (2009a).

Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) e desde 2010 participamos das atividades do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (Nepri) da UFPR: essas diversas atividades obrigaram-nos a lidar mais diretamente com pesquisas empíricas em Ciência Política e Relações Internacionais e, portanto, conduziram-nos a reavaliar as críticas da teoria política normativa à teoria empírica. Por fim, em 2013 tivemos contato com o artigo de Munck (2007), que nos convenceu de que é perfeitamente possível fazer críticas consistentes aos exageros e aos problemas do comportamentalismo sem que isso implique, como faz a teoria normativa, rejeitar o conjunto das pretensões de cientificidade da Ciência Política; em outras palavras, não seria necessário jogar fora o bebê com a água do banho.

Dito isso, convém notarmos que, embora afirmemos a necessidade de valorização do aspecto científico e profissionalizante da Ciência Política e das Relações Internacionais – e, portanto, das teorias "empíricas" –, não advogamos o desprezo pelas teorias "normativas"; os comentários que vimos fazendo nesta seção não têm como objetivo negar a teoria política "normativa", nem sugerimos que se abandone o seu estudo no âmbito da Ciência Política e das Relações Internacionais: afinal de contas, como propusemos antes, por um lado as teorias normativas têm importantes contribuições de natureza teórica e histórica, ao contextualizar os conceitos e realizar a sua análise, e, por outro lado, a Ciência Política e Relações Internacionais (bem como as Ciências Sociais, de maneira mais ampla) desempenham socialmente um papel que é ao mesmo tempo de estudo científico da realidade e análise política da mesma realidade: em outras palavras, as teorias normativas são (ou deveriam ser) importantes para a consciência disciplinar e para a atuação política concreta<sup>17</sup>. O que afirmamos, portanto, é a necessidade imperiosa de um ajuste nos discursos proferidos pelos cultores da "teoria política normativa" a respeito de si mesmos e da subárea que integram, no sentido específico de reconhecer a variedade de metas a que a teoria normativa liga-se e, em particular, das metas que mantêm vínculos com as chamadas "teorias empíricas".

---

<sup>17</sup> A multiplicidade de funções das Ciências Sociais já foi sugerida por Augusto Comte (1929) e, mais recentemente, tem sido objeto de reflexão de Michal Burawoy (2009).

## COMENTÁRIOS FINAIS

Este estudo buscou apresentar, de maneira breve, algumas oposições que as literaturas científica e didática no âmbito da Ciência Política e das Relações Internacionais consagram, sejam elas certas, sejam elas erradas. Além disso, buscamos não apenas apresentar essas oposições como as comentar e propor algumas soluções para cada uma delas.

Em primeiro lugar, embora a Ciência Política e as Relações Internacionais tenham algumas diferenças quanto aos objetos e, portanto, quanto às teorias específicas, parece-nos que elas têm muitos mais elementos em comum que elementos divergentes. Aliás, sem querer diminuir sua importância e/ou sua dignidade, cremos que as Relações Internacionais são uma especialização da Ciência Política – entre outros motivos, devido ao fato de que a fundação teórica e empírica das Relações Internacionais reside em um conceito e em uma prática jurídico-política, a soberania nacional, isto é, a divisão entre o interno e o externo. (Por sua vez, a Ciência Política pode ser vista como a especialização da Sociologia, entendendo-se aí a Sociologia como a ciência geral da sociedade.)

No que se refere aos métodos de pesquisa, não há dúvida de que o seu ensino cuidadoso deve ocorrer – não genericamente, mas com o estudo de vários tipos e com certo detalhe. Na impossibilidade de aprender-se a empregar os métodos por meio do seu uso empírico – o que seria a opção ideal –, sugerimos modestamente três possibilidades: (1) a oferta de disciplinas optativas específicas; (2) a análise de textos exemplares em termos metodológicos; (3) o emprego dos vários métodos em núcleos e laboratórios de pesquisa. Essas três sugestões claramente não constituem novidades; ainda assim, parece-nos que são expedientes importantes e que devem ser valorizados – aliás, tanto nos cursos de graduação em Ciências Sociais, Ciência Política e Relações Internacionais, como também nos vários níveis de pós-graduação *strictu sensu*.

Finalmente, no que se refere à oposição entre teoria política "empírica" e teoria política "normativa", nossa perspectiva é, mais uma vez, pela integração entre as duas vertentes de teorização, em particular no sentido de que a teoria "normativa" deve reconhecer a validade e a importância da teoria "empírica", assumindo com clareza um

papel de consciência disciplinar e de propositora de critérios do "bem viver". Em virtude de nossa experiência profissional e acadêmica, concentramos nossa atenção nas críticas que a teoria "normativa" faz à teoria "empírica": talvez devêssemos também considerar os legítimos reparos que a teoria "empírica" merece receber da teoria "normativa". A despeito disso, as críticas normativistas aos empiristas são bem conhecidas e repetidas e não haveria motivo para desenvolvê-las aqui; além disso, essas críticas normativistas têm consequências intelectuais e profissionais sérias, que julgamos útil comentar aqui.

Dando um passo adiante em relação aos comentários feitos nas seções anteriores, cremos que essas três oposições – mas não somente elas – existem devido à especialização científica da área, em termos teórico, metodológicos e epistemológicos, além de também institucionais. Considerando sua origem na especialização científica, que é um traço do desenvolvimento geral da ciência, as oposições discutidas não são aberrantes ou necessariamente equivocadas, embora sem dúvida alguma, como vimos, elas sejam problemáticas, isto é, elas apresentam desafios maiores ou menores aos pesquisadores e aos estudiosos. A especialização permite o aprofundamento das pesquisas em determinadas questões, implicando *idealmente* com isso o surgimento de novas teorias, o refinamento metodológico, a obtenção de novos dados empíricos – mas também o afastamento progressivo das várias áreas acadêmicas umas em relação às outras. Assim – e aqui seremos explicitamente normativos –, é importante ter em mente que o aprofundamento das pesquisas e dos métodos não pode equivaler ao aprofundamento das oposições, no sentido de torná-las *cisões*: como afirmava claramente A. Comte (1929, v. I cap. 1-3) em meados do século XIX, tais *cisões*, muitas vezes buscadas ativamente por pesquisadores e afirmadas como avanços científicos e intelectuais, isolam entre si as áreas do conhecimento, resultando com frequência na repetição ao longo do tempo de esforços e polêmicas e também no desconhecimento progressivo de aspectos da realidade cósmica e social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ALMOND**, G. A. 1966. Political Theory and Political Science. *The American Political Science Review*, v. 60, n. 4, p. 869-879, Dec.

**ARON**, R. 1986. *Paz e Guerra entre as nações*. Brasília: UNB.

**ARON**, R. 1997. *Estudios políticos*. México: Fondo de Cultura Económica.

**BEVIR**, M. & **KEDAR**, A. 2008. Concept Formation in Political Science: An Anti-Naturalist Critique of Qualitative Methodology. *Perspectives on Politics*, v. 6, n. 3, p. 503-517, Sept.

**BOHN**, S. 2005. Política comparada: um mapeamento do debate entre propostas teóricas e metodologias de pesquisa alternativas. *BIB*, São Paulo, n. 59, p. 61-80.

**BOURDIEU**, P.; **CHAMBOREDON**, J.-C. & **PASSERON**, J.-C. 2010. *O ofício de sociólogo*. Metodologia da pesquisa na Sociologia. 7ª ed. Petrópolis: Vozes.

**BURAWOY**, M. 2009. Cultivando sociologias públicas nos terrenos nacional, regional e global. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 219-230, out.

**COHEN**, B. R. 2001. On the Historical Relationship between the Sciences and the Humanities: A Look at Popular Debates That Have Exemplified Cross-Disciplinary Tension. *Bulletin of Science, Technology & Society*, London, v. 21, n. 4, p. 283-295, Aug.

**COMTE**, A. 1929. *Système de politique positive ou traité de Sociologie instituant la Religion de l'Humanité*. 4<sup>ème</sup> ed. 4 v. Paris: Larousse.

**EASTON**, D. 1951. The Decline of Modern Political Theory. *The Journal of Politics*, v. 13, n. 1, p. 36-58, Feb.

**ELIAS**, N. 1994. *O processo civilizador*. V. I: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: J. Zahar.

**FEDI, L.** 2013. *Resposta*. Mensagem eletrônica enviada a Gustavo Biscaia de Lacerda em 12.abr.

**GOERTZ, G. & MAHONEY, J.** 2012. *A Tale of Two Cultures*. Qualitative and Quantitative Research in the Social Sciences. Oxford: Princeton University.

**GRANGE, J.** 2003. Expliquer et comprendre de Comte à Dilthey. In: ZACCAÏ-REYNERS, N. (éd.). *Explication-compréhension*. Regards sur les sources et l'actualité d'une controverse épistémologique. Bruxelles: Université de Bruxelles.

**GUNNELL, J. G.** 2004. *Imagining the American Polity: Political Science and the Discourse of Democracy*. University Park: Pennsylvania State University.

**HOFFMANN, S.** 1977. An American Social Science: International Relations. *Dædalus*, Cambridge (Mass.), v. 106, n. 3, p. 41-60, Summer.

**KING, G.; KEOHANE, R. O. & VERBA, S.** 1994. *Designing Social Inquiry*. New Jersey: Princeton University.

**KUHN, T.** 2007. *A estrutura das revoluções científicas*. 9ª ed. São Paulo: Perspectiva.

**LACERDA, G. B.** 2009a. Augusto Comte e o "positivismo" redescobertos. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 319-343, out.

**LACERDA, G. B.** 2009b. Aforismas sociológicos I. Disponível em: <http://filosofiasocialepositivismo.blogspot.com.br/2009/05/aforismas-sociologicos-i.html>. Acesso em: 8.jul.2014.

**LACERDA, G. B.** 2013. Aforismas sociológicos VII. Disponível em: <http://filosofiasocialepositivismo.blogspot.com.br/2013/04/aforismas-sociologicos-vii.html>. Acesso em: 8.jul.2014.

**LANDMANN, T.** 2002. *Rebutting 'Perestroika': Method and Substance in Political Science*. Disponível em: <http://privatewww.essex.ac.uk/~todd/rebutting%20perestroika.pdf>. Acesso em: 8.jul.2014.

PROBLEMAS DE ENSINO E PESQUISA DE MÉTODOS E TEORIAS: REFLEXÕES SOBRE  
TRÊS OPOSIÇÕES

**LAPID**, Y. 1989. The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. *International Studies Quarterly*, v. 33, n. 3, p. 235-254, Sept.

**LASLETT**, P. 1956. Introduction. In: \_\_\_\_\_. (ed.). *Philosophy, Politics and Society*. Oxford : B. Blackwell.

**LEVIN**, M. 1973. What Makes A Classic in Political Theory? *Political Science Quarterly*, v. 88, n. 3, p. 462-476, Sept.

**MERTON**, R. K. 2012. On the Theory of the Middle Range. In: CALHOUN, C.; GERTEIS, J.; MOODY, J.; PFAFF, S. & VIRK, I. (eds.). *Classical Sociological Theory*. Oxford: Wiley-Blackwell.

**MUNCK**, G. L. 2007. The Past and Present of Comparative Politics. In: MUNCK, G. L. & SNYDER, R. (eds.). *Passion, Craft, and Method in Comparative Politics*. Baltimore: Johns Hopkins University.

**PATY**, M. 2005. *D'Alembert*. São Paulo: Estação Liberdade.

**PUTNAM**, R. D. 2010. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 147-174, jun.

**Revista de Sociologia e Política**. 2011. Curitiba, v. 19, n. 39, jun. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=0104-447820110002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0104-447820110002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 5.jul.2014.

**RINGER**, F. 2004. *A metodologia de Max Weber*. Unificação das ciências culturais e sociais. São Paulo: USP.

**SILVA**, R. 2008. Identidades da teoria política: entre a ciência, a normatividade e a história. *Pensamento Plural*, Pelotas, v. 3, p. 9-21, jul.-dez.

**SMITH**, S. 2000. The Discipline of International Relations: Still an American Social Science? *The British Journal of Politics and International Relations*, London, v. 2, n. 3, p. 374-402.

**SNOW, C. P.** 1990. The Two Cultures. *Leonardo*, London, v. 23, n. 2-3, p. 169-173.

**SPRINGER DE FREITAS, R.** 2003. *Sociologia do conhecimento. Pragmatismo e pensamento evolutivo*. Bauru: USC.

**VINCENT, A.** 2004. *The Nature of Political Theory*. Oxford: Oxford University.

**WRIGHT MILLS, C.** 1972. *A imaginação sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.